

AS ECONOMIAS “EMERGENTES” NO SECTOR AGRÍCOLA MOÇAMBICANO

LEITURAS, IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

Sérgio Chichava

INTRODUÇÃO

A expansão económica das chamadas economias “emergentes”, com destaque para os países que são parte dos BRICs, isto é, Brasil, Rússia, Índia e China, é considerada como uma das grandes mutações no sistema internacional no período pós-guerra. Os BRICs, se tudo correr de acordo com as previsões de vários analistas, podem tornar-se na maior força económica do mundo em 2050 (Wilson e Purushothaman, 2003).

De entre os muitos aspectos destas mutações, um dos mais marcantes é o crescimento extraordinário das relações entre os BRICs e os países do continente africano. A nova dinâmica nas relações entre as duas partes pode ser ilustrada pelo aumento do volume do comércio, que passou de 22 biliões para 166 biliões de dólares americanos entre 2000 e 2008, colocando, em 2009, a China, a Índia e o Brasil em, respectivamente, 2º, 6º e 10º lugar na lista de maiores parceiros económicos da África (Freemantle e Stevens, 2009)¹.

No seio dos BRICs, apenas a Rússia, ocupando a modesta 15ª posição na lista, ainda não consolidou as suas relações comerciais com a África (idem), o que em grande parte se explica pela desintegração da antiga União Soviética, que foi durante muito tempo quase omnipresente em África. Contudo, é preciso realçar que

¹ Entretanto, o aumento da influência dos BRICs a nível mundial tem gerado muitos debates e inquietações nos mais variados fóruns de discussão, sobretudo no que diz respeito às relações entre estes países e África, alguns acusando os BRICs de estarem apenas interessados nos recursos naturais africanos e não no seu desenvolvimento. Igualmente, cientes da sua crescente importância, os BRICs têm cada vez mais reivindicado uma nova ordem mundial mais “justa”, ou seja, que tenha em conta o peso de cada um destes países no mundo: reformas no Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, assento permanente para o Brasil e para a Índia nas Nações Unidas, entre outras exigências.

a Rússia está a fazer grandes esforços para se tornar mais presente no continente africano, aumentando o número de visitas de seus altos dignitários, reescalando ou perdando dívidas aos países africanos e investindo em sectores estratégicos, como o dos recursos energéticos².

Recentemente, uma das áreas que tem sido considerada como prioritária na cooperação entre as economias “emergentes” e África é a agricultura. Os “emergentes” têm continuamente reiterado o seu compromisso em ajudar África a desenvolver a agricultura, contribuindo, assim, para a eliminação da fome e da pobreza neste continente. Entretanto, nos últimos tempos, sobretudo depois da crise mundial de alimentos de 2007-2008, o interesse destes países pela agricultura africana tem levantado inúmeras inquietações, havendo acusações de que, em virtude de nos seus respectivos países haver escassez de terra para agricultura, estarem a açambarcar terras inexploradas em África para alimentarem os seus povos.

Neste contexto, cabe questionar se estarão, de facto, os “emergentes” a ajudar a África a desenvolver a sua agricultura. E, em caso afirmativo, qual o tipo de agricultura que estão a desenvolver.

Partindo do caso moçambicano, e centrando a discussão apenas na China, Brasil e Índia, este artigo procura fazer uma reflexão em torno da cooperação entre estes países e Moçambique no sector agrícola. Basicamente, são dois os objectivos deste artigo: primeiro, analisar as estratégias levadas a cabo pelo Brasil, Índia e China na cooperação agrícola com África; segundo, o artigo pretende trazer algumas reflexões preliminares sobre a ajuda e os investimentos do Brasil, Índia e China no sector agrícola moçambicano. A estruturação do artigo obedeceu a estes dois objectivos.

DE PEQUIM A PEQUIM: UMA LUZ PARA A AGRICULTURA AFRICANA?

A definição da agricultura como um dos sectores-chave da cooperação entre a China e a África foi feita na primeira cimeira ministerial China-África realizada em Outubro de 2000 em Pequim. A Cimeira reuniu 44 ministros africanos e 80 ministros chineses e foi destinada a criar o FOCAC, tendo simbolizado assim o início de uma nova era nas relações entre as duas partes. Entretanto, foi na segunda

² Sobre estes assuntos ver, por exemplo, Freemantle & Stevens (2009) e Troude (2009).

reunião ministerial do FOCAC, realizada em Adis-Abeba em Dezembro de 2003, onde governantes chineses e africanos, reconhecendo que a agricultura era a *abordagem eficaz para garantir a segurança alimentar, erradicação da pobreza e melhorar a vida das pessoas em África* (FOCAC, 2006a), desenharam um plano de trabalho para o biénio 2004-2006. Este plano compreendia, de entre outros aspectos considerados essenciais, “o reforço da cooperação agrícola em áreas como a gestão da terra e dos recursos hídricos, desenvolvimento de infra-estruturas agrícolas, cultura, pecuária, aquicultura, segurança alimentar, intercâmbio e transferência de tecnologia agrícola aplicada, transferência de competências, assistência técnica, fabricação de máquinas agrícolas e processamento de produtos agrícolas” (Idem).

Contudo, foi na reunião do FOCAC de Novembro de 2006, realizada novamente em Pequim e contando com a presença de presidentes de 53 países africanos e vários dirigentes chineses, onde foram traçadas as actuais linhas de cooperação entre a China e a África. As bases da actual cooperação na área agrícola também se enquadram nos preceitos desta reunião³.

A China prometeu que, entre 2007 e 2009, enviaria 100 peritos chineses em tecnologia agrícola, construiria 10 centros de pesquisa e transferência de tecnologia agrícola; encorajaria e ajudaria empresas chinesas a investirem no sector agrícola africano e a envolverem-se mais no desenvolvimento de infra-estruturas e indústrias agrícolas. Ainda no quadro da Cimeira de Pequim, a China prometera o treino e desenvolvimento de recursos humanos trabalhando no sector agrícola africano, e a pôr em prática um programa especial de segurança alimentar em colaboração com a FAO (FOCAC, 2006b).

A agricultura também faz parte das áreas prioritárias do Fundo de Desenvolvimento China-África (*China-Africa Development Fund*, CADFund). Estabelecido em Março de 2007 pelo governo chinês através do China Development Bank (CDB), como resultado de uma das promessas do governo chinês no FOCAC 2006, este fundo, dotado de 5 biliões de dólares, destina-se a ajudar empresas chinesas investindo em África⁴.

O cometimento chinês em ajudar o desenvolvimento da agricultura em África foi ainda reforçado na cimeira de Sharm El Sheik, realizada em Novembro de 2009,

³ Desde os primeiros anos das independências africanas que a China e África cooperam na área agrícola. Para uma visão histórica das diferentes fases da cooperação China-África, ver Bräutigam e Xiaoyang (2009); Bräutigam (2010); FOCAC (21 de Setembro de 2006).

⁴ Os primeiros escritórios do CADFund em África foram abertos em 2010 na África do Sul.

onde também, num plano trienal (2009-2012), este país prometeu mais ajuda para este sector, nomeadamente: enviar cinquenta equipas de peritos em tecnologia agrícola; treinar 2000 técnicos agrícolas africanos; para além de continuar a apoiar os já construídos, aumentar, de dez para vinte, o número de centros de Pesquisa e Transferência tecnológica agrícola, e implementar o programa especial de cooperação com África em colaboração com a FAO, que já havia sido decidido na cimeira de Pequim em 2006, contribuindo com 30 milhões de dólares americanos. (FOCAC, 2009).

Enfim, pode-se citar mais duas iniciativas de destaque: a reunião China-África de Bamako, capital do Mali, em Abril de 2010, e China-África, de Pequim, em Agosto de 2010, ambas destinadas a discutir as melhores maneiras de desenvolver a agricultura africana e de contribuir para a segurança alimentar neste continente.

Até finais de 2008, estimava-se que havia 72 empresas agrícolas chinesas em África, as quais teriam investido cerca de 134 milhões de dólares americanos (FOCAC, 2010). Entre 2004 e 2010, a China enviou mais de 900 técnicos agrícolas para África, os quais formaram 4200 técnicos africanos em matérias agrícolas; estabeleceu 14 centros de demonstração de Tecnologias Agrícolas em igual número de países, nomeadamente Moçambique, Sudão, Tanzânia, Etiópia, Camarões, Congo Brazaville, Zimbabwe, Ruanda, Benim, Togo, Zâmbia, Libéria, África do Sul e Uganda, assim como também assinou acordos de cooperação na área agrícola com 14 países africanos (XU Lin, 12 de Agosto de 2010).

Contudo, apesar destas acções ao nível da cooperação bilateral e do reiterado interesse em encorajar empresas chinesas (privadas ou estatais) a investirem na agricultura africana, o investimento chinês neste sector ainda é bastante reduzido. Em 2007, o investimento chinês na agricultura representava apenas 1% do total dos investimentos externos da China (Bräutigam, 2010: 255). A mesma tendência manteve-se em 2008 (Bethel, 2008).

Segundo Bräutigam e Xiaoyang (2009: 696), muitas companhias privadas chinesas têm mostrado receio em investir na agricultura africana devido à fraca qualidade de infra-estruturas. Até finais de 2008, a China State Farm Agribusiness Corporation (CSFAC), pioneira em África, estava operando em todo o continente, com cerca de 11 projectos, a maior parte dos quais já bastante antigos, ou seja, antes do primeiro FO-CAC (Idem). Aquando da última cimeira China-África sobre agricultura, realizada em Agosto de 2010 em Pequim, Xi Jinping, actual vice-presidente chinês, foi citado a dizer que, mais do que outros sectores, o investimento agrícola precisa de mais paciência e de uma visão de longo prazo (Jin Zhu, 12 de Agosto de 2010).

O BRASIL EM ÁFRICA: PAGANDO A SUA “DÍVIDA HISTÓRICA”?

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder no Brasil em 2003 é tida por muitos, inclusive pelos seus pares africanos, como tendo impulsionado grandemente as relações entre este país e África. Com efeito, considerando que mais nenhum outro chefe de Estado brasileiro deu tamanha importância a África como Lula da Silva o fez, os dirigentes dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) decidiram homenageá-lo num encontro tido em Cabo Verde, que, entre outras coisas, simbolizava a última viagem do presidente brasileiro a África enquanto chefe de Estado (MRE, 4 de Julho de 2010). Para além de ser reconhecido pelos seus homólogos africanos, Luís Inácio Lula da Silva considera-se, ele próprio, o presidente brasileiro que mais importância deu à África, chegando a afirmar que o seu “*sucessor terá a dura tarefa de fazer muito mais do que ele fez para África*” (MRE, 4 de Julho de 2010). Igualmente, Lula da Silva é tido como o chefe do Estado brasileiro que mais visitas efectuou à África (8 viagens a 25 países) e o que mais contribuiu para o aumento das representações diplomáticas brasileiras neste continente (de 16 embaixadas para 34). Foi ainda no regime de Lula da Silva que o Brasil estabeleceu o primeiro escritório internacional de representação da Fundação, Fiocruz África. Estabelecido em Maputo, o objectivo da Fiocruz África é coordenar as acções de cooperação em saúde para todo o continente africano (Silva, 17 de Outubro de 2008).

Outra iniciativa de Lula da Silva, que também pode ser usada como exemplo para mostrar o seu cometimento com o continente africano, foi o estabelecimento de uma universidade no Brasil (Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, Unilab) virada para a formação de estudantes brasileiros e dos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sobretudo dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). A Unilab é vista como sendo uma ponte para facilitar a integração entre o Brasil e a CPLP.⁵

Para Lula da Silva, – que considera que o Brasil tem uma “dívida histórica com África” –, uma das áreas-chave na qual o Brasil deve ajudar África é a agricultura (MRE, 3 de Julho de 2010). Segundo o presidente Lula da Silva, graças à sua própria experiência, o Brasil pode ajudar a África a realizar a sua “revolu-

⁵ Para mais informação sobre a cooperação brasileira com África, ver o sítio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC): <http://www.abc.gov.br/abc/introducao.asp>.

ção verde” (Idem)⁶. Neste sentido, existe uma série de iniciativas visando o sector agrícola africano, podendo, de entre elas, destacar-se as seguintes: a feira “Brazil Agri-Solutions” e o “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”.

Realizada em Junho de 2009, em Dacar, sob a égide da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), e em paralelo com o “*Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento*”, a feira “Brazil Agri-Solutions” visava promover equipamento e maquinaria agrícolas brasileiros. Participaram desta feira 25 agro-empresas brasileiras e representantes de 16 países africanos (Freemantle e Stevens, 2010).

Em Maio de 2010, o governo brasileiro promoveu, em Brasília, um encontro designado “*Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*.” Neste encontro, onde estiveram presentes 45 países africanos, foram definidas sete áreas relacionadas com a agricultura que deviam ser objecto principal de cooperação entre as duas partes, nomeadamente:

- 1) desenvolvimento da agricultura, da pesca e da aquicultura sustentáveis, de actividades agro-florestais e dos sistemas de manejo dos recursos hídricos; 2) aprimoramento da infra-estrutura rural, comercialização de produtos agrícolas e acesso ao mercado; 3) apoio a agricultores familiares, aumento da produção de alimentos e redução da fome; 4) pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologias agrícolas, bem como acesso a essas tecnologias; 5) capacitação institucional em segurança alimentar e nutricional; 6) desenvolvimento de modelos compatíveis e tecnologias adaptáveis à África; e 7) desenvolvimento de estratégias para atingir a segurança alimentar e nutricional (MRE, 13 de Maio de 2010).

Para promover a sua cooperação no sector agrícola, o governo brasileiro apoia-se essencialmente na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma instituição pública vinculada ao Ministério da Agricultura brasileiro, cuja sede em África encontra-se em Acra, no Gana, desde 2006⁷. Essencialmente, as actividades da Embrapa consistem na transferência de tecnologia, formação de recursos humanos e capacitação institucional. Em 2008, 60% das solicitações de assistência técnica e de desenvolvimento de recursos humanos feitos à Embrapa

⁶ Sobre o interesse brasileiro na agricultura africana, ver também Freemantle e Stevens (2010), “Brazil weds itself to Africa’s latent agricultural potential”, *Economics*, Standard Bank; ABC (2010), *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*, Brasília.

⁷ Ver: <http://www.embrapa.gov.br>.

pa vinham de países africanos (Cerqueira, 5 de Maio de 2008). Neste momento, segundo Lula da Silva, a Embrapa coordena 35 projectos agrícolas avaliados em 10 milhões de dólares americanos espalhados por 16 países africanos, incluindo Moçambique (O Globo, 3 de Julho de 2010).

A Embrapa tem estado bastante activa em promover a tecnologia e os agro-negócios brasileiros em África, de tal sorte que é considerada pelo governo brasileiro como um “instrumento de política externa” (Estadão, 10 de Julho de 2008). Por exemplo, sob o impulso da Embrapa, que conta com o apoio da International Fund for Agricultural Development (IFAD), do Banco Mundial (BM), do Department for International Development (DFID) e do Forum for Agricultural Research in Africa (FARA), foi criada, em Maio de 2010, a Plataforma África-Brasil de Inovação Tecnológica (Africa-Brasil Agricultural Innovation Marketplace) dotado de um fundo inicial de 500 mil dólares atribuídos pelo IFAD. O objectivo desta plataforma é de “*Incrementar a inovação e o desenvolvimento da agricultura no continente africano por meio do estabelecimento e fortalecimento de parcerias entre organizações africanas e brasileiras* (FARA e Embrapa, 2010)”. Até Junho de 2010, esta plataforma tinha conseguido angariar 3 milhões de dólares. Uma vez mais, o papel essencial da Embrapa será o de fornecer o *know-how* tecnológico (Silveira, 2010).

Igualmente, a Embrapa acaba de concluir um acordo com a Câmara Sectorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA) para a criação de um portal denominado *Agrishow – Pró-África* (Agronegócio, 2010), cujo objectivo é promover a tecnologia agropecuária brasileira, a venda de máquinas e equipamentos agrícolas aos africanos (Portal do agro-negócio, 2 de Julho de 2010).

Entretanto, o maior interesse do Brasil no sector agrícola são os biocombustíveis, área em que este país é líder mundial, de tal sorte que a política externa do presidente Lula da Silva é chamada por alguns por “diplomacia de etanol” (Pinheiro, 2008; Couto, 2010). Com efeito, em quase todas as viagens de Lula da Silva ao estrangeiro, em particular à África, os biocombustíveis estiveram sempre em destaque. Em 2007, no Burquina Faso, Lula da Silva afirmou que os biocombustíveis eram uma saída segura para África no acesso à energia sustentável, geração de empregos, de renda, de autonomia energética e no aumento das suas exportações (Folha Online, 15 de Outubro de 2007). Igualmente, para contrariar os que afirmam que os biocombustíveis podem conduzir ao encarecimento dos preços dos alimentos, Lula afirmou que o exemplo brasileiro mostrava que não havia contradição entre biocombustíveis e segurança alimentar (Idem).

Em 2008, no Gana – país com o qual o Brasil, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), fechou o primeiro acordo para a produção e exportação de etanol – e, em 2010, em Cabo Verde – que, como já se disse, simbolizou a sua última viagem a África enquanto chefe de Estado – Lula da Silva voltou a defender fortemente os biocombustíveis, afirmando que estes eram prioridade do Brasil na sua cooperação com África e a convidar os africanos para a eles aderirem (Souza, 22 de Abril de 2008; O imparcial Online, 3 de Julho de 2010).

Por seu turno, a Embrapa tem realizado uma série de iniciativas com vista à sensibilização dos africanos sobre a importância dos biocombustíveis. Por exemplo, entre 19 de Outubro e 2 de Novembro de 2009, a Embrapa iniciou uma série de seminários sobre biocombustíveis em sete países africanos, nomeadamente África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Embrapa, 2009a).

Entretanto, se até hoje a maior parte das iniciativas brasileiras no sector agrícola africano são realizadas pela Embrapa, empresas privadas deste país também começam a investir em África. São os casos do Grupo Pinesso e Irriger, ambas investindo no Sudão. O Grupo Pinesso – que vai entrar com a parte técnica e tecnológica –, em parceria com o grupo sudanês Agadi, vai entrar, em 2010, num grande projecto de produção de algodão e soja, num investimento estimado em cerca de 200 milhões de dólares numa área de 100 mil hectares por um período de quatro anos. Por seu lado, a Irriger está desde 2008 a ajudar o Sudão a implantar sistemas de irrigação.

É preciso sublinhar também que uma das características importantes da cooperação brasileira no sector agrícola está baseada na transferência de tecnologias, criação de competências (humanas e institucionais).

ÍNDIA EM ÁFRICA: TRAZENDO A “REVOLUÇÃO VERDE”?

Não há dúvidas de que os programas Focus Africa e Team-9, lançados pela Índia através do Exim Bank em 2002 e 2004 e dotados, respectivamente, de uma linha de crédito de 550 e 500 milhões de dólares, simbolizaram o começo de uma nova era nas relações entre este país e África. Cobrindo o período 2002-2007, e focado no princípio em apenas sete países (África do Sul, Maurícias, Nigéria, Tanzânia, Quénia, Gana e Etiópia), que na altura representavam quase 70% das trocas

comerciais entre a Índia e África, o Focus Africa, cujo objectivo oficial é impulsionar o comércio entre a Índia e a África subsariana, foi estendido para mais 17 outros países africanos, perfazendo um total de 24 países⁸. Diferentemente do Focus Africa, o Team-9 é um programa em projectos bilaterais e sub-regionais dirigido a nove países da África Ocidental, nomeadamente Guiné-Bissau, Burkina Fasso, Guiné Equatorial, Mali, Senegal, Gana, Chade e Costa do Marfim. O objectivo oficial deste programa é o de criar e desenvolver capacidades institucionais dos países africanos nas áreas de segurança alimentar, infra-estruturas, saúde, energia e tecnologias de informação e comunicação. Se estes dois programas representam um interesse cada vez maior da Índia em relação à África, mostram também as diferenças de abordagens entre a Índia e a China e o Brasil na sua cooperação com África. Por exemplo, o programa Team-9 mostra a preocupação da Índia em aprovisionar-se dos recursos energéticos (petróleo e gás) abundantes nesta área e que fazem muita falta à Índia (Singh 2007). É preciso salientar também que, para além do Focus Africa e do Team-9, a Confederação de Indústrias da Índia (CII), com ajuda dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Indústria e Comércio indiano, lançou, em 2005, o projecto CII – EXIM BANK Conclave sobre a Parceria Índia-África. Trata-se de um programa que se realiza uma vez por ano e que visa estreitar as relações económicas entre a Índia e a África, facilitando encontros entre empresários indianos e africanos. Desde o seu estabelecimento, foram realizados dez encontros em diferentes países, nomeadamente Zâmbia, Etiópia, Ghana, Moçambique, África do Sul, Costa do Marfim, Uganda, Senegal e Tanzânia.

Entretanto, pode-se dizer que foi a cimeira Índia-África, realizada em Nova Deli, em Abril de 2008, e considerada a mais importante jamais realizada entre as duas partes (estiveram presentes nesta cimeira catorze países africanos), que traçou as balizas da cooperação entre as duas partes. Reconhecendo que o desenvolvimento agrícola era importante para erradicar a fome e a pobreza e garantir a auto-suficiência alimentar, a agricultura foi definida como uma das áreas-chave de cooperação, tendo a Índia, graças à sua experiência neste domínio, se oferecido a ajudar os países africanos a desenvolver este sector (África – Índia Forum Summit 2008). A caixa a seguir resume os pontos-chave concernentes à agricultura contidos na Declaração de Deli.

⁸ Trata-se de Angola, Botswana, Costa do Marfim, Madagáscar, Moçambique, Senegal, Seychelles, Uganda, Zâmbia, Namíbia Zimbabwe, Egipto, Líbia, Tunísia, Sudão, Marrocos, Argélia. Sobre os objectivos do Focus Africa ver Government of India (s/d).

CAIXA 1 ÁREAS FUNDAMENTAIS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA ÍNDIA-ÁFRICA

- Capacitação e troca de experiência em análise e planeamento de políticas relativas ao sector agrícola;
- Cooperação em matérias de gestão dos recursos hídricos e práticas de irrigação, desenvolvimento de infra-estruturas agrícolas, transferência de tecnologia agrícola aplicada e de competências;
- Cooperação no combate às pragas agrícolas;
- Capacitação/treinamento para aumentar a capacidade do detentor da terra dos pequenos produtores de alimentos africanos para cumprir com a necessária qualidade e normas de segurança, incluindo extensão de actividade e as políticas de crédito agrícola;
- Partilhar experiências e informações sobre o armazenamento adequado e tecnologias de processamento e promover em conjunto a captação de tecnologias africanas e indianas desenvolvidas para a diversificação e agregação de valor nas relações de produtos agrícolas e alimentares;
- Compartilhar de conhecimentos e informações entre as associações de produtores da África e da Índia, com vista à aprendizagem a partir de experiências uns dos outros na mecanização agrícola, tecnologia pós-colheita, agricultura biológica, políticas e marcos reguladores e a criação de conselhos transfronteiriços de troca de mercadorias;
- Oportunidades de mercado para reforçar o valor acrescentado africano de produtos agrícolas africanos;
- Cooperação na gestão pecuária, multiplicação de tecnologias de processamento de carne, desenvolvimento da indústria leiteira, pesca e aquacultura, incluindo o intercâmbio e transferência de tecnologia aplicada;
- Estabelecer vínculos entre a agricultura e o desenvolvimento industrial, a fim de apoiar e fomentar as indústrias de agro-processamento e;
- Reforçar a cooperação entre os centros de formação agrícola e institutos de pesquisa.

FONTE Africa - India Forum Summit, 2008

A seguir à Cimeira de Nova Deli de 2008, uma série de iniciativas com vista à dinamização do sector agrícola africano têm sido levadas a cabo. Em Novembro de 2008, sob iniciativa do governo indiano, da Indian Farmers Fertiliser Cooperative Limited (IFFCO)⁹, Indian Council of Agricultural Research (ICAR)¹⁰ e a IFFCO Foundation, foi realizada a conferência “India-Africa Cooperation for Sustainable Food Security”, destinada a discutir as melhores soluções para uma melhor cooperação no reforço da segurança alimentar em África (IFFCO Foundation, 2008).

Igualmente, e dando seguimento às decisões tomadas na cimeira de Nova Deli de 2008, a Índia também se comprometeu, em Março de 2010, a oferecer anualmente, durante um período de quatro anos, 25 e 50 bolsas de estudos a estudantes africanos para os níveis de Doutoramento e de mestrado, respectivamente, ligados ao sector agrícola (Indiavision, 10 de Março de 2010; Thestatesman, 10 de Março de 2010).

É preciso sublinhar também que cerca de 30% dos fundos do programa *Focus Africa*, geridos pelo Exim Bank em forma de Linha de crédito, foram dedicados à compra de equipamentos agrícolas e/ou projectos correlacionados (Modi, 2009: 122).

⁹ Sociedade cooperativa de agricultores indianos especializada na produção e distribuição de fertilizantes.

¹⁰ Uma instituição de pesquisa e ensino em agricultura no Ministério da Agricultura indiano.

Paralelamente às acções do governo indiano, empresas deste país têm estado a investir no sector agrícola africano, sobretudo em alguns países da África ocidental, tais como Senegal e Etiópia. Só na Etiópia, segundo maior parceiro económico da Índia em África após o Senegal, dos 4.4 biliões de dólares investidos por 80 empresas indianas, 2.5 biliões de dólares americanos foram para a agricultura e floricultura (Modi, 2009:125). No Senegal, a implementação em 2005 de um grande programa de produção do arroz entre o governo local e a indiana Kirloskar Brothers Limited (KBL) – empresa presente em mais de 25 países africanos – permitirá, segundo as autoridades senegalesas, atingir auto-suficiência alimentar em matéria do arroz em 2012 (Guèye, 2008). Avaliado em 27 milhões de dólares, hoje já se fala em sucesso deste programa.

Entretanto, à semelhança do que se diz sobre a China, também se fala de que empresas indianas estão envolvidas num processo de açambarcamento de terras em África, o que, para além de ser exclusivamente para o consumo na Índia, pode trazer impactos ambientais negativos e também provocar conflitos de terra. O caso mais citado é o de Gambela, um dos nove estados da Etiópia, onde firmas indianas teriam comprado grandes porções de terra. Três companhias indianas são citadas como sendo as grandes açambarcadoras de terra em Gambela, nomeadamente a Karuturi, a BHO Agro Plc e a Ruchi Group (Afriknews, 2010; ECADF, 2010). A primeira teria arrendado 300 mil hectares, ou seja, uma área maior que o Luxemburgo, para produzir trigo exclusivamente para a Índia. Por seu turno, a BHO Agro Plc e a Ruchi Group teriam arrendado, cada uma, 27.000 hectares – área considerada como sendo mais de metade de Adis-Abeba, capital da Etiópia – e 25.000 hectares de terra para a produção de sementes para biocombustíveis (Idem).

Um dos maiores centros de interesse dos investimentos indianos é o dos biocombustíveis e a floricultura. Em relação aos biocombustíveis, em 2006, por exemplo, a Índia atribuiu aos países da África Ocidental um crédito de 250 milhões de dólares para o desenvolvimento de biocombustíveis (Santua, 2006). Um dos maiores investimentos indianos no Gana no sector agrícola é no sector dos biocombustíveis. A floricultura ocupa uma parte importante dos investimentos indianos na Etiópia. Isto tem também levantado algumas críticas, sendo acusados os investimentos indianos de não estarem a contribuir para a redução da insegurança alimentar em África¹¹.

¹¹ Ver, por exemplo, Africa Confidential (2010).

CHINA, ÍNDIA E BRASIL NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA: AINDA NA FASE DE PROMESSAS

Falar da agricultura em Moçambique é extremamente importante: desde os primeiros anos de independência, a agricultura é considerada a “base do desenvolvimento nacional” (pelo terceiro Congresso da Frelimo em 1977 e consagrado na Constituição art. 103); o sector ocupa, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a maior parte da população do país, cerca de 76% (INE, 2009a); e a agricultura tem um peso importante no Produto Interno Bruto de Moçambique, 24% em 2009 (INE, 2009b).¹² Contudo, e aqui a importância de se discutir o tema acentua-se pelo facto de o país não conseguir, até hoje, desenhar estratégias claras de modo a que este sector seja, como se pretende, o pilar dos outros sectores da economia do país. O sector agrícola é incontestavelmente um dos que mais “dores de cabeça” tem dado aos governantes em Moçambique, sendo ilustrativo o facto de: desde 2005, ano em que o actual presidente, Armando Guebuza, tomou posse, o Ministério da Agricultura (MINAG) já ter sofrido quatro remodelações ministeriais. Estarão os “emergentes” a ajudar Moçambique a encontrar uma solução para este sector?

CHINA: TRAZENDO O ARROZ HÍBRIDO PARA MOÇAMBIQUE

Embora a China e Moçambique tenham sempre cooperado na área da agricultura desde os primeiros anos da independência do país africano¹³, para o propósito deste trabalho começar-se-á com o memorando de entendimento (MoU) firmado pelas partes em 2002, aquando da visita do antigo primeiro ministro de Moçambique, Pascoal Mocumbi, à China (MFAPRC, 2002). Este memorando, válido por um período de cinco anos (2002-2007), previa cooperação em diferentes domínios, nomeadamente florestas, produção de arroz, biotecnologia, pecuária, processamento, controlo de doenças e pestes e investigação.

Um dos grandes destaques da cooperação entre Moçambique e China no sector agrícola é o estabelecimento de um centro de tecnologias agrárias em Boane, sul de Moçambique. Avaliado em 55 milhões de dólares, o Centro de Tecnolo-

¹² Em 1994, Castel-Branco (1994) dizia que a agricultura e as agro-indústrias contribuíam com cerca de 50% do PIB e com 2/3 das exportações de Moçambique.

¹³ Em 1977, falava-se do estabelecimento uma farma estatal produzindo arroz em Moamba, sul de Moçambique (Eadie & Grizzelli, 1979).

gias Agrárias está a ser estabelecido com ajuda do governo da província de Hubei, e é o primeiro de entre os 14 centros que a China prevê estabelecer em África.

A China está também interessada em ajudar Moçambique a incrementar a sua produção de arroz. Em 2006, uma delegação do Instituto Híbrido do Arroz de Hunan visitou Moçambique a fim de estudar as possibilidades de desenvolver esta variedade de cereal. Para além disso, em 2010, um grupo de técnicos moçambicanos (juntamente com técnicos de Timor-Leste, Angola e Guiné-Bissau) foi formado em técnicas de produção de arroz híbrido em Hunan. Neste momento, o destaque vai para o projecto de produção de arroz híbrido em Xai-Xai, província de Gaza, levado a cabo desde 2006 pela Hubei Liafeng Company e resultante de um acordo de gemelagem entre esta província moçambicana e a província de Hubei. Orçado em 1.200.000 dólares norte-americanos, actualmente a produção do arroz está a efectuar-se numa área de somente 300 hectares, mas prevê-se a sua extensão para 10 mil hectares. Ainda no quadro deste projecto, vislumbra-se ainda a produção de hortofrutícolas em Moamba, província de Maputo. Este projecto experimental pretende fazer passar a produção do arroz em Moçambique, que é estimada em cerca de uma tonelada por hectare, para 10 toneladas por hectare. A tabela a seguir mostra a evolução da produção da Hubei Lianfeng Company durante os três primeiros anos (2007-2010), de acordo com fontes oficiais.

TABELA 1 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARROZ PELA HUBEI LIANFENG COMPANYY

Campanha	Área (Hectare)	Rendimento (Tonelada/Hectare)	Produção (Toneladas)
2007/2008	20	9	180
2008/2009	30	9	270
2009/2010	40	9,5	380

FONTE Direcção Provincial de Agricultura de Gaza, 2010

Outro destaque é o crédito concessional de 50 milhões de dólares atribuído pelo governo chinês a Moçambique através da China Eximbank, o qual é destinado ao uso em projectos agrícolas no Vale do Zambeze. Deste fundo, que está sob a gestão do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ), 30 milhões serão usados na construção de três fábricas de agro-processamento de produtos agrícolas nas províncias de Tete e Zambézia, enquanto os restantes 20 milhões serão usados na importação de equipamentos.

No que diz respeito ao investimento de empresas chinesas (privadas e estatais) na agricultura moçambicana, os dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) mostram que, entre 2000 e 2009, houve cinco empresas chinesas que investiram na agricultura moçambicana, num total de 8.460.000 de dólares¹⁴, correspondentes a cerca de 5% do total do investimento chinês situado no mesmo período em 177.954.087 dólares.

TABELA 2 - INVESTIMENTO CHINÊS NA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE (2000-2009)

Empresa	Ano	Província	IDE* (USD)	Total**	Postos de trabalho previstos
União dos Trabalhadores de África	2003	Sofala	1.000.000	1.000.000	150
China Grains & Oils Group Corporation Africa	2005	Sofala	5.500.000	6.000.000	150
Xin Jian Companhia	2006	Zambézia	195.000	200.000	200
Hubei Liafeng Mozambique	2007	Gaza	1.200.000	1.200.000	6
Wen Chen Liao	2009	Sofala	60.000	60.000	60

FONTE CPI, 2010a

NOTAS

(*) IDE = Investimento Directo Estrangeiro Chinês

(**) TOTAL = IDE + Investimento Directo Nacional + Empréstimos

Como se pode depreender, tanto a ajuda do governo chinês, como o investimento de empresas deste país no sector agrícola moçambicano ainda é bastante insignificante, principalmente se comparado com os montantes investidos pelo governo e empresas chinesas em outras áreas, nomeadamente na indústria. Só para ter uma ideia, segundo dados do CPI, entre 2000 e 2009, empresários chineses investiram cerca de cento e quinze milhões de dólares neste sector (CPI, 2010a). Isto não quer dizer que não haja interesse chinês em investir na agricultura moçambicana. São as palavras de um funcionário sénior do MINAG:

Em termos de investimentos, não está a acontecer grande coisa, muito pouco dinheiro metido pela China na agricultura. Tirando a questão do GPZ, equipamento, a única coisa é Xai-Xai. Tudo ainda está numa fase inicial (entrevista, 1 de Setembro de 2010).

¹⁴ Entre 1990 e 2000, ou seja, antes do primeiro FOCAC, o único caso assinalável é o investimento de 500 mil dólares da Zhong An Mozambique.

Entretanto, à semelhança do que tem sido evocado a respeito da China noutros países africanos, notícias relativas ao açambarcamento de terra por investidores chineses em Moçambique não tem faltado. A mais mediática ocorreu em 2008, quando o investigador Loro Horta publicou uma notícia segundo a qual os governos de Moçambique e da China tinham assinado um acordo para transformar o Vale do Zambeze na primeira “colónia” agrícola chinesa em África (Horta, 2008). De acordo com Horta, os chineses que estavam interessados em produzir arroz iriam, numa fase inicial, enviar 3.000 farmeiros (número que subiria depois para 10.000) para as províncias da Zambézia e Tete com o objectivo de produzir arroz exclusivamente para o consumo naquele país asiático. Isto faria parte de um plano chinês de modernização do sector agrícola moçambicano, avaliado em 800 milhões de dólares americanos, que pretendia fazer com que Moçambique passasse a produzir, em cinco anos, 500 mil toneladas de arroz/ano ao invés das actuais 100 mil toneladas. De acordo com Loro Horta, a concessão de fundos para grandes projectos, tais como construção da ponte da Catembe e, eventualmente, da Barragem de Mpanda Nkhuwa, dependeria da concessão de terras aos chineses. Entretanto, alegando que “em Moçambique a terra não se arrenda nem se vende”, o governo deste país desmentiu prontamente esta informação (RTP, 13 de Maio de 2008) – certamente devido à sensibilidade desta questão. Igualmente, segundo Brautigam e Xialong (2009: 697-698) e Brautigam (2010), não há evidências de isto estar a acontecer, e este tipo de notícias faria parte de um de entre os diferentes mitos criados à volta da presença chinesa em África.

Contudo, o que é certo é que a China está neste momento a financiar projectos para o desenvolvimento da agricultura no Vale do Zambeze, por intermédio do GPZ.

ÍNDIA NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA: AINDA À ESPERA DA “REVOLUÇÃO VERDE”

Embora a Índia faça parte dos primeiros países a estabelecerem relações diplomáticas com Moçambique, a primeira comissão conjunta entre os dois países foi constituída em Dezembro de 2002, aquando da visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, Digvijay Singh, a Maputo. Um MoU entre os dois países na área agrícola foi assinado em 2003, quando o então presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, estava de visita à Índia. Para os governos dos dois países, uma cooperação activa nos sectores agrícola e agro-industrial era extremamente importante (High Commission of India, 12 de Maio de 2003).

Este MoU preconizava, de entre outros, o estabelecimento de um Plano de Acção para a criação de pequenas agro-indústrias nas zonas rurais e no desenvolvimento da exploração agrícola, em especial da agricultura comercial em Moçambique, através do estabelecimento de *Joint-Ventures* (Idem). Nessa altura, o governo indiano comprometeu-se, por um período não especificado, a conceder um crédito anual de 200 000 dólares americanos para a instalação em Nangade, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, de uma fábrica de processamento da Castanha de caju (IndiaAfricaconnect, s/d).

Entretanto, embora a HMT (Internacional) Ltd, empresa indiana encarregue de fornecer o equipamento da nova fábrica, tenha enviado o equipamento em 2007, devido a dificuldades de vária ordem e imputadas ao governo de Moçambique pelo governo indiano a quem acusa de não aproveitar a ajuda oferecida, tal fábrica ainda não foi construída (MINAG, 2009)¹⁵.

Aquando da 2ª reunião da Comissão conjunta Moçambique-Índia realizada em Nova Deli em 2009, a agricultura foi uma das áreas que mereceu destaque, com a Índia, uma vez mais, a prometer ajudar a promover, não só do ponto de vista financeiro mas também técnico, a agricultura e a agro-indústria, a fim de que Moçambique atinja a “revolução verde” (MINEC, 2009). Nesta reunião, na qual o governo indiano se disponibilizou a conceder um financiamento de 118.600.000 dólares norte-americanos para o biénio 2009-2010, vários programas visando a agricultura e segurança alimentar em Moçambique foram acordados, com destaque para um projecto de segurança alimentar avaliado em 20 milhões de dólares. Para além disto, o governo indiano ainda ofereceu um donativo de um milhão de dólares para ser usado em projectos ligados ao Agro-processamento e ao *Agri-business* e manifestou interesse em estabelecer uma fábrica de fertilizantes estimada em 2 biliões de dólares norte-americanos (MINEC, 2009). Contudo, a concessão deste donativo está sujeita à elaboração e apresentação de projectos concretos por Moçambique junto do governo indiano (Idem).

A agricultura (juntamente com infra-estruturas e energia) faz parte dos sectores contemplados pelo crédito indiano de 500 milhões de dólares anunciado em Setembro de 2010 aquando da visita do actual presidente de Moçambique à Índia (Thaindian News, 30 de Setembro de 2010).

¹⁵ O governo indiano queixava-se ainda de, entre 2007 e 2008, não terem sido enviados técnicos moçambicanos para formação em curso sobre questões agrícolas oferecidos por este país (MINAG, 2009).

Se, do ponto de vista bilateral, a cooperação entre os dois países resume-se essencialmente no que foi dito atrás, os investimentos privados indianos na agricultura moçambicana, – forma principal dos investimentos indianos em África – são, de acordo com os dados do CPI, ínfimos¹⁶.

Destes poucos investimentos, o destaque vai para o investimento de 224 milhões de dólares em 2009 pela Grown Energy Zambeze, empresa que, para além de capitais indianos, também conta com capitais moçambicanos e sul-africanos para a produção de etanol na base de cana-de-açúcar, numa área de 15.000 hectares em Chemba, província de Sofala. Pode-se citar também o caso da Sagar Zambeze, sociedade agrícola que, em 2001, investiu 120 mil dólares na comercialização, processamento e exportação de feijão bóer¹⁷.

Em relação aos biocombustíveis, fala-se também de uma provável parceria entre a empresa indiana *Rusni Bio-Fuels* e a Empresa moçambicana Petróleos de Moçambique (PETROMOC), num projecto de produção de etanol com base na cana-de-açúcar, avaliado em 30 milhões de dólares (IndiaAfricaconnect, s/d).

Portanto, contrariamente a algumas informações segundo as quais a Índia, juntamente com outros países asiáticos (China e Vietname), estaria investindo massivamente na agricultura moçambicana, a presença indiana na agricultura moçambicana é – apesar das reiteradas intenções indianas – ainda pouco significativa.¹⁸ Os diferentes acordos assinados entre os dois países no sector agrícola, com destaque para o MoU de 2003, ainda não passam de letra morta. Esta constatação também é confirmada por um alto funcionário do MINAG:

Em relação à Índia, há iniciativas, mas também não há grandes investimentos... desde os tempos do Agostinho de Rosário [antigo embaixador moçambicano na Índia], sempre houve interesse, houve deslocações... tivemos uma iniciativa triangular com a FAO no fomento da cultura do arroz, mas também não foi grande coisa... de momento não há nada de concreto. Há intenções claramente declaradas... inclusive existe intenção de a Índia desenvolver, nos próximos dois anos, uma linha de crédito para o desenvolvimento da agricultura em Moçambique (F. Songane, Entrevista, 1 de Setembro de 2010).

¹⁶ O destaque aqui vai para o sector dos transportes e comunicações que, entre 2002 (ano do lançamento do programa *Focus Africa*) e 2009, recebeu cerca de 180 milhões de dólares em investimentos. Cerca de 152 milhões deste valor foi investido pela Rites Ltd e Ircon International Ltd em parceria com os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), para a constituição da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) que, para além de ter reabilitado as linhas férreas de Sena e de Machipanda, faz a gestão do porto e dos caminhos-de-ferro ou seja, do corredor da Beira. Ver CPI (2010b, c e d).

¹⁷ Em 2005, a Sagar Zambézia deparava-se com inúmeras dificuldades, levando ao desemprego dezenas de trabalhadores. Sobre este assunto ver, Benedito (2005).

¹⁸ Sobre o suposto investimento massivo da Índia e de outros países asiáticos na agricultura moçambicana, ver Nyanhi (2009); Smith (2009) e Agriculture & Industry Survey (2010).

Entretanto, se a ajuda e os investimentos indianos na agricultura moçambicana ainda estão numa fase bastante incipiente, não se pode dizer que Moçambique não esteja no centro das atenções daquele país asiático. Actualmente o quarto maior investidor em Moçambique, a Índia tem estado a reforçar a sua posição neste país, prevendo-se, segundo fonte do CPI, que os seus investimentos passem dos cerca de 500 milhões de dólares em 2009 para mil milhões de dólares em 2010 (Macahub, 6 de Julho de 2010). Os investimentos indianos têm-se destacado na área mineira, em particular na exploração do carvão mineral. Na área mineira, o carvão na província de Tete é que está a ser fortemente investido por empresas indianas, como a Coal Índia, a Tata Steel Ltd, a Global Steel Holding (GSH), a Jindal Steel, Videocon, Adani Group e M/s P.K. Ores of Orissa (IndiaAfricaconnect, s/d).

MOÇAMBIQUE: UM NOVO BRASIL EM ÁFRICA?

Moçambique faz parte dos países visitados pelo presidente Lula da Silva no seu primeiro périplo a África na qualidade de presidente do Brasil em 2003. Depois desta sua primeira visita, o presidente brasileiro veio mais duas vezes a Moçambique (2008 e 2010). Sendo um país da CPLP, Moçambique é visto pelo Brasil como um parceiro estratégico em África e faz parte dos principais beneficiários da política pro-africana de Lula.

À semelhança da diplomacia de Lula da Silva para com o resto da África, um dos sectores de maior aposta do Brasil na sua cooperação com Moçambique é o sector agrícola, e a maior aposta é na área dos biocombustíveis. Neste sector, o Brasil – que conta com grande apoio do governo de Moçambique, que inclusive aprovou uma Política Nacional dos Biocombustíveis – espera transformar este país num grande produtor em África, ou seja, numa espécie de novo Brasil. Moçambique é o terceiro país africano onde a Embrapa tem escritório, depois do Gana (sede da Embrapa em África) e do Senegal (ABC, 2010: 24). De realçar que a instalação do escritório da Embrapa em Maputo tem como um dos objectivos iniciais apoiar a Vale S.A. em um dos projectos sociais a que está obrigada – em virtude de ter ganho o direito de explorar carvão mineral em Moatize, província de Tete –, mais precisamente no desenvolvimento da agricultura familiar das populações vivendo nesta região mineira. Orçado inicialmente em 650 mil dólares norte-americanos, este projecto, no qual a Embrapa está a trabalhar também com o GPZ, prevê um investimento de cerca de três milhões de dólares em dez anos (Embrapa, 2005).

Entretanto, a presença brasileira na agricultura em Moçambique faz-se essencialmente sob a forma de cooperação multilateral, mais concretamente trilateral, havendo quase que nenhum investimento do sector privado brasileiro.

Destas iniciativas triangulares, podem ser destacadas três: a primeira é o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique – ProSavana. Resultante da cooperação entre o Japão (através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA), do Brasil (através da Embrapa, que também conta com ajuda da Agência Brasileira de Cooperação, ABC), e do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique (IIAM), o projecto pretende desenvolver a agricultura tropical no chamado “corredor de Nacala”, abrangendo alguns distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa. A escolha desta região deve-se ao facto de se considerar que ela tem características geográficas semelhantes às do cerrado brasileiro. A ideia é replicar em Moçambique o sucesso obtido no cerrado brasileiro, que também beneficiou da cooperação entre o Brasil e o Japão¹⁹. Dotado de um fundo de 500 milhões de dólares para um período de 10 anos, para além de desenvolver a pecuária, o programa pretende desenvolver também culturas alimentares, de rendimento e para biocombustíveis, nomeadamente mandioca, milho, arroz, soja, algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar, tabaco. Para além disto, projecta-se a instalação de três bases científicas a serem montadas em Nampula, Chimoio e Mutuali.

Se este projecto obtiver sucesso, será usado como modelo noutros países africanos (ABC, 2010: 12). Enquanto a JICA entrará com recursos financeiros, a Embrapa entrará com a assistência técnica e tecnológica (Global Perspectives, 27 de Agosto de 2009).

O segundo projecto que merece destaque é o projecto de fortalecimento institucional do IIAM, com o estabelecimento de gestão territorial; estabelecimento de sistemas de comunicação e informação para a transferência de tecnologias, desenvolvimento e implementação do modelo de gestão, acompanhamento, monitoria e avaliação da investigação agrária. O projecto, no formato de cooperação trilateral, terá a duração de quatro anos (2011-2015), e envolverá a ABC, a Embrapa e a USAID. Este programa é financiado em grande parte pela USAID (cerca de 8 milhões de dólares), com uma parte a ser financiada pela ABC (cerca de 4 milhões de dólares). A Embrapa vai entrar com o suporte técnico, num custo estimado em cerca de 8 milhões de dólares (Embrapa, 2009b; IIAM, 2010).

¹⁹ Sobre o sucesso obtido no cerrado brasileiro ver *The Economist* (2010a; 2010b; 2010c; 2010d).

O terceiro e último é o projecto triangular entre o Brasil, a União Europeia e o governo de Moçambique assinado em Julho de 2010, destinado a “promover o desenvolvimento do sector de bioenergia, com foco em biocombustíveis e bioelectricidade (MRE, 14 de Julho de 2010).” Sem valores monetários ainda definidos, pretende-se, de acordo com os subscritores, que este projecto pioneiro seja depois reproduzido noutros países africanos. Para se levar a cabo este projecto, foram desenhadas duas linhas de acção, nomeadamente:

- 1) Elaboração de estudo com vista a analisar o potencial moçambicano para o desenvolvimento de bioenergia de forma sustentável, bem como o seu impacto sobre a redução da pobreza no país. O estudo irá analisar diferentes aspectos relacionados com a produção sustentável de biocombustíveis e de bioelectricidade, levando em conta as perspectivas dos interesses locais, e avaliando o potencial para atender a demanda doméstica e internacional, em observância das políticas relevantes sobre sustentabilidade da produção e do uso de energias renováveis das três partes envolvidas.
- 2) Promoção de projectos, com base nos resultados do estudo supramencionado, à luz do objectivo de erradicação da pobreza e em consonância com as estratégias nacionais de energia, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Investimentos públicos e privados serão encorajados (MRE, 14 de Julho de 2010).

Entretanto, imediatamente após o anúncio do acordo, a Friends of the Earth International (FOEI), uma Organização Não Governamental, reagiu vigorosamente contra o seu teor, classificando-o de imoral e perverso, visando apenas beneficiar a Europa e não Moçambique:

Usar milhares de hectares de terra agrícola para plantações de jatrofá (planta também conhecida como pinhão-manso) e cana-de-açúcar em Moçambique, um país que sofre de fome permanente, para cultivos destinados a abastecer carros europeus é imoral e perverso (Estadão, 10 de Julho 2010).

É preciso também salientar que Moçambique e Brasil possuem, desde 2007, um MoU na área dos biocombustíveis, cuja aprovação pelo senado brasileiro ocorreu em Maio de 2009 (UNICA, 2009). De acordo com a organização brasileira União Nacional de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), a aposta em Moçambique deve-se, entre outros, ao facto de este país poder “*exportar etanol para a Europa sem as sobretaxas impostas ao Brasil*” (Idem).

Para além dos projectos já descritos, ainda no âmbito da cooperação triangular, pode ser ainda destacado o projecto entre a Embrapa, o Ministério das Relações Exteriores da França e o Ministério da Agricultura de Moçambique para a

formação de técnicos moçambicanos em “Agricultura de Conservação para Agricultura Familiar nas Zonas Tropicais” (Gama, 2009).

A ajuda do Brasil ao sector agrícola moçambicano não se esgota nos projectos acima enunciados. Só para o biénio 2009/2010, inúmeras outras iniciativas foram desenhadas como se pode ver na caixa abaixo.

CAIXA 2 QUADRO RESUMO DAS INICIATIVAS DA ABC NA ÁREA DE AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE 2009/2010
Missão Preparatória de treinamento de técnicos moçambicanos em Agricultura de conservação no Brasil.
Missão Multidisciplinar a Moçambique para Avaliação de Projectos. Projecto Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Previsão de Tempo e Clima pelo Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique.
Missão para avaliação da pesca de pequena escala e aquicultura familiar em Moçambique e as perspectivas de desenvolvimento comunitário e solidário
- Missão de Prospecção para o Projecto Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico de Moçambique.
Missão Brasil-Japão de levantamento de demandas para cooperação agrícola em benefício da Savana Tropical Africana.
Missão de Alto Nível para Formalização de Cooperação Trilateral Brasil-Japão-Moçambique na Área da Agricultura.
Missão Conjunta para Elaboração de Projecto de Cooperação Trilateral Brasil - UE.
Projecto De Melhoria Sustentável No Fornecimento De Água E Saneamento Na Província Da Zambézia.
Missão de Cooperação na Área de Agricultura Familiar, para Resgate, produção e Melhoramento de Sementes Crioulas.
Missão conjunta na área da agricultura para elaboração de projecto no âmbito de programa trilateral Brasil - EUA - Moçambique.
Missão para Capacitação profissional na área do turismo e hospitalidade - Segmento de segurança de alimentos.
Estudo preparatório para a formulação de projecto de cooperação trilateral em benefício da Savana Tropical Africana. Brasil - Japão - Moçambique
Estudo preparatório para a formulação de projecto de cooperação trilateral em benefício da Savana Tropical Africana. Brasil - Japão - Moçambique
Missão preparatória para elaboração conjunta de plano estratégico de gestão do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique-IIAM, no âmbito do programa tripartido Brasil-EUA-Moçambique.
Missão de negociação de projecto na área de alimentação escolar em Moçambique
Missão de estudos ao Brasil para conhecer os ciclos anuais de plantio e colheita de sementes tradicionais/crioulas.
Projecto de Capacitação Técnica em Ciências Florestais.
Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil-Moçambique.
Projecto Brasil-França de Treinamento de Técnicos Moçambicanos na área de Agricultura de Conservação
FONTE ABC, 2010

Como se pode ver, o interesse brasileiro pela agricultura em Moçambique está essencialmente focado em biocombustíveis. No que diz respeito a investimentos privados neste sector, como já disse, são quase que inexistentes. O único destaque vai para a Açúcar Guarani – *terceira maior processadora de cana-de-açúcar e a segunda maior produtora de açúcar do Brasil* –, que detém, deste 2007, uma participação de 75% na Companhia açucareira de Sena. Os investimentos privados brasileiros destacam-se nos sectores da construção e dos recursos minerais, com empresas como a *Odebrecht*²⁰, a Camargo Corrêa²¹ e a Vale S.A.²²

CONCLUSÃO

Se a agricultura foi definida pelo Brasil, Índia e China como prioridade na sua cooperação com África, os investimentos destes países em Moçambique estão mais focados noutras áreas, nomeadamente na indústria extractiva e na construção. As intenções, inúmeras vezes reiteradas em torno de ajudar e/ou investir n(a) agricultura africana, não passam ainda de uma miragem. Convencer empresas destes países a investirem no sector agrícola moçambicano é, portanto, o primeiro grande desafio de Moçambique.

Outro desafio é convencer ou atrair empresas agrícolas destes países a investirem em culturas alimentícias, não apenas em culturas de rendimento e nos biocombustíveis. Alguns estudos mostram que, à excepção do açúcar, a maior investimento na agricultura em Moçambique concentrou-se em produtos não alimentares. Segundo Castel-Branco, entre 1990 e 2008, as intenções de investimento neste sector representaram apenas 13% de todo o investimento privado aprovado, com o destaque de 80% destes 13% estar somente concentrado em quatro produtos, nomeadamente açúcar, tabaco, algodão e exploração madeireira (Castel-Branco, 2010: 39).

²⁰ Para além de participar em parceria com a Camargo Corrêa na construção das instalações da mina de carvão de Moatize, a Odebrecht vai construir o Aeroporto Internacional de Nacala, estimado em cerca de 100 milhões de dólares.

²¹ Segundo dados do CPI (2010c), até 2009, a Camargo Corrêa tinha investido cerca de 3 milhões de dólares em Moçambique.

²² A Vale S.A., investiu cerca de 170 milhões de dólares americanos nas minas de carvão de Moatize (CPI, 2010c).

Enfim, um aspecto que sempre desincentivou investimentos na área agrícola é a questão de infra-estruturas. Um investimento forte em infra-estruturas nas zonas rurais é crucial para atrair investimentos no sector agrícola. Como dizem Bräutigam e Xiaoyang (2009: 703), citando um alto responsável chinês, muitas companhias chinesas, receosas de apenas somarem prejuízos, têm desistido de investir na agricultura africana devido à falta ou à fraqueza de infra-estruturas, nomeadamente estradas e electricidade.

REFERÊNCIAS

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação), 2010. *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*, Brasília.
- Africa - India Forum Summit, 2008. “Dehli Declaration”, Nova Deli, 8-9 de Abril.
- Africa Confidential*, 2010. “Ethiopia/India. Fertile fields for India”, 8 (3), <http://www.africa-asia-confidential.com/article-preview/id/409/Fertile-fields-for-India> (acedido a 1 de Agosto de 2010).
- Afriknews*, 2010. “Ethiopia: Fear expressed over India’s massive land grabs in Gambela”, <http://www.afrik-news.com/article18146.html> (acedido a 1 de Setembro de 2010).
- Agriculture & Industry Survey, 2010. “Foreign countries grabbing African agriculture lands on a vast scale!”, 12 de Maio, <http://www.agricultureinformation.com/mag/?p=6485> (acedido a 27 de Setembro de 2010).
- Agronegócio, 2010. “CSMIA-ABIMAQ e Embrapa assinam acordo para desenvolvimento de portal”, 2 de Julho, <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=40938>.
- Barbosa, A. *et al.*, 2009. “Brazil in Africa: Another Emerging Power in the Continent?”, *Politikon*, 36 (1), South African Journal of Political Studies, pp. 59-86.
- Benedito, C., 2005. “250 foram para o desemprego”, *Zambézia Online*, 29 de Novembro, <http://zambezia.co.mz/noticias/80/1662-250-trabalhadores-foram-para-o-desemprego>, (acedido a 1 de Setembro de 2010).
- Bethel, E., 2008. “China Goes Outbound. The Case for Overseas M&A and Private Equity in Latin America”, *ChinaVest*, <http://www.chinavest.com/pdf/China%20Outbound%20Capital.pdf> (acedido a 4 de Setembro de 2010).

- Bizzoto, M., 2010. “ONG critica acordo entre Brasil e UE para produzir etanol em Moçambique”, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100714_biocombustiveis_uebrasilafrica_mc_cq.shtml (acedido a 7 de Agosto de 2010).
- Bräutigam, D., 2010. *The dragon's gift. The real history of China in Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- Bräutigam, D. e Xiaoyang, T., 2009. “China’s Engagement in African Agriculture: “Down to the Countryside”, *The China Quarterly*, pp. 686-706.
- Castel-Branco, C., 1994. “Problemas estruturais do desenvolvimento agrário”, Castel-Branco, C. (org), *Moçambique. Perspectivas económicas*. Maputo: Faculdade de Economia/Friedrich Ebert.
- Castel-Branco, C., 2010. “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”. *Cadernos IESE* nº 01/2010. Maputo: IESE.
- Caverni, A., 2010. “Lula justifica política com África por dívida do país com região”, *O Globo*, <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/07/26/lula-justifica-politica-com-africa-por-divida-do-pais-com-regiao-917238927.asp>, (26 de Julho de 2010).
- Cerqueira, N., 2008. “Novo prédio da Embrapa na África fortalece cooperação científica”, *Agrosoft*, <http://www.agrosoft.org.br/agropag/100766.htm> (acedido a 19 de Julho de 2010).
- Couto, L. F., 2010. “A diplomacia do etanol”, *Mundorama*, <http://mundorama.net/2010/07/16/a-diplomacia-do-etanol-por-leandro-freitas-couto/> (acedido a 27 de Agosto de 2010).
- CPI (Centro de Promoção de Investimento), 2010a. *Investimento chinês 1990-2009*, Maputo.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento), 2010b. *Projectos Aprovados da Índia de Janeiro de 1990 a Novembro de 2007*, Maputo.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento), 2010c. *Projectos Autorizados no Ano 2009-Índia*, Maputo.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento), 2010d. *Projectos Autorizados em 2008-Índia*, Maputo.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento), 2010e. *Investimento Directo do Brasil de 1990 a 2009*, Maputo.
- Direcção Provincial de Agricultura de Gaza, 2010. *Informe do estágio de cooperação entre Moçambique e República Popular da China em Gaza*, Xai-Xai.

- ECADF (Ethiopian Current Affairs Discussion Forum), 2010. “Ethiopia: India’s massive land grabs in Gambela”, 26 de Agosto, <http://ecadforum.com/blog/?p=4123> (acedido a 1 de Setembro de 2010).
- Embrapa, 2005. “Embrapa instala escritório em África”, 14 de Janeiro, <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005/janeiro/noticia.2005-01-14.7065335986/>, (acedido a 11 de Outubro de 2010).
- Embrapa, 2009a. “Instituições fazem diagnóstico em Moçambique para fortalecer pesquisa”, 13 de Novembro, <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2009/novembro/2a-semana/instituicoes-fazem-diagnostico-em-mocambique-para-fortalecer-pesquisa/> (acedido a 30 de Agosto de 2010).
- Embrapa, 2009b. “Seminários sobre biocombustíveis na África”, 21 de Outubro, <http://www.embrapa.gov.br/imprensa/noticias/2009/outubro/4a-semana/seminarios-sobre-biocombustiveis-na-africa> (acedido a 12 de Agosto de 2010).
- Estadão, 2008. “Atuação da Embrapa vira instrumento de política externa”, 10 de Julho, <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,especial-atuacao-da-embrapa-vira-instrumento-de-politica-externa,203862,0.htm> (acedido a 12 de Agosto de 2010).
- FARA (*Forum for Agricultural Research in Africa*), Embrapa, 2010. *Plataforma África Brasil de inovação agropecuária*, Acra, Brasília.
- FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation), 2006a. “Forum on China-Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan (2004-2006)”, 20 de Setembro, http://english.focacsummit.org/2006-09/20/content_630.htm, (acedido a 17 de Agosto de 2010).
- FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation), 2006b. “Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2007-2009)”, 16 de Novembro, <http://www.fmprc.gov.cn/zft/eng/zyzl/hywj/t280369.htm> (acedido a 19 Julho de 2010).
- FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation), 2009. “Forum on China-Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012)”, 12 de Novembro, <http://www.focac.org/eng/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm> (acedido a 19 Julho 2010).
- FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation) .2010, “China and Africa: Mutual Benefit and Win-Win”, 29 de Junho, <http://www.focac.org/eng/jlydh/xzhd/t712447.htm> (acedido a 19 de Julho de 2010).

- Folha Online, 2007. “Na África, Lula defende biocombustíveis e nega ameaça à segurança alimentar”, 15 de Outubro, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u336794.shtml> (acedido a 13 de Agosto de 2010).
- Freemantle, S. e Stevens, J., 2010. “Brazil weds itself to Africa’s latent agricultural potential”, 1 de Fevereiro, *Economics*, Standard Bank.
- Freemantle, S. e Stevens, J., 2009. “Tectonic shifts tie BRIC and Africa’s economic destinies” 14 de Outubro, *Economics*, Standard Bank.
- Gama, L., 2009. “Curso técnico estreita parceria da Embrapa com Moçambique”, *Agrosoft*, 16 de Maio, <http://www.agrosoft.org.br/agropag/210361.htm> (acedido a 12 de Outubro de 2010).
- Gail, E., Grizzell, D., 1979. “China’s Foreign Aid, 1975-78”, *The China Quarterly*, nº 77, Cambridge, Cambridge University, pp. 217-234.
- Government of India, (s/d). “Maran Launches Focus: Africa Programme. New territorial initiative to boost trade with Africa”, http://pib.nic.in/archieve/eximpol/eximpolicy2002/eximpolicy2002_rel.html (acedido a 7 de Agosto de 2010).
- Guèye, O., 2008. “Autosuffisance en riz en 2012 : Le Sénégal signe un protocole avec une société indienne”, 12 de Março, <http://www.seneweb.com/news/article/15457.php> (acedido a 2 de Agosto de 2010).
- High Commission of India, 2003., “India - Mozambique, Joint Statement”, 12 de Maio, <http://www.hicomind-maputo.org/pages/visit.html> (acedido a 21 de Agosto de 2010).
- HojeLusofonia, 2010. “Brasil e Moçambique assinam acordo de cooperação na Agricultura”, <http://www.hojelusofonia.com/brasil-e-mocambique-assinam-acordo-de-cooperacao-na-agricultura/>, 13 de Maio, (acedido a 21 de Julho de 2010).
- Horta, L., 2008. “The Zambezi Valley: China’s First Agricultural Colony?”, <http://csis.org/blog/zambezi-valley-china%E2%80%99s-first-agricultural-colony> (acedido a 31 de Agosto de 2010).
- IFFCO Foundation, 2008. “India-Africa Cooperation for Sustainable Food Security”, <http://iffcofoundationconferences.com/ArchiveConferenceDetail.aspx?ID=19> (acedido a 1 de Agosto de 2010).
- IIAM (Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique), 2010. “Plataforma para Investigação Agrária e Inovação Tecnológica em Moçambique”, *Boletim Informativo* 2, Maputo, 11 de Maio.

- India-Africa Forum Summit 2008 (2010), *Dehli Declaration*, Nova Deli, 8-9 de Abril.
- IndiaAfricaconnect (s/d), *India-Africa Projects*, <http://www.indiaafricaconnect.in/indiaafrica-projects.php> (acedido a 7 de Setembro de 2010).
- Indiavision, 2010. “India, Africa launch action plan to boost cooperation”, 10 de Março, <http://www.indiavision.com/news/article/national/34348/> (acedido a 1 de Agosto de 2010).
- INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009a. *Censo agro-pecuário 2009-2010*, Maputo.
- INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009b. *Contas Nacionais de Moçambique*, Maputo.
- Lin, X., 2010. “China, Africa cooperate on agriculture, forum shows”, 12 de Agosto, http://www.china.org.cn/world/2010-08/12/content_20694264.htm (acedido a 12 de Outubro de 2010).
- MFAPRC (Ministry of Foreign Affairs Of the People’s Republic China), 2002. “Premier Zhu Rongji Held Talks with Mozambican Prime Minister Pascoal Manuel Mocumbi”, 15 de outubro, <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbj/zjzg/fzs/gjlb/3044/3046/t16544.htm> (acedido a 14 de Agosto de 2010).
- MINAG (Ministério da Agricultura), 2009. *Relatório da viagem à Índia*, Maputo.
- MINEC (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação), 2009. *Relatório da segunda sessão da Comissão Mista Moçambique-Índia*, Maputo.
- Modi, R., 2010. “The role of India’s private sector in the health and agricultural sectors of Africa”. Cheru, Fantu, Obi, Cyril. *The rise of China and India in Africa*, Londres/Nova Iorque: Zed Books.
- MRE (Ministério da Relações Exteriores do Brasil), 2010. *Meu sucessor terá obrigação moral de fazer muito mais” por África Lula*, 4 de Julho, <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/angola/angolapress/2010/07/04/meu-sucessor-tera-obrigacao-moral-de-fazer-muito-mais-por-africa-lula> (acedido a 20 de Agosto de 2010).
- MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), 2010. “Discurso durante sessão de abertura da Cúpula Brasil – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental”, 3 de Julho, <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outrascomunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-durante-sessao-de-abertura-da-cupula-brasil-2013-comunidade-economica-dos-estados-da-africa-ocidental> (acedido a 27 de Agosto de 2010).

- MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), 2010. *Declaração Conjunta Brasil - União Europeia - Moçambique relativa à Parceria para o Desenvolvimento Sustentável de Bioenergia*, 14 de Julho, <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-brasil-uniao-europeia-mocambique-relativa-a-parceria-para-o-desenvolvimento-sustentavel-de-bioenergia> (acedido a 3 de Setembro de 2010).
- MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), 2010. Diálogo Brasil-Africa sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural: Adopção de Documento Final, *Nota 302*, 13 de Maio, <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/dialogo-brasil-africa-sobre-seguranca-alimentar-combate-a-fome-e-desenvolvimento-rural-adocao-de-documento-final> (acedido a 27 de Agosto de 2010).
- MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), 2010. *Lula na cúpula da CE-DEAO: Brasil e África estão unidos para o futuro*, 4 de Julho, <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/franca/agencia-france-presse/2010/07/04/lula-na-cupula-da-ce-deao-brasil-e-africa-estao-unidos-para-o-futuro>.
- Munslow, B., 1984. "State Intervention in Agriculture: The Mozambican Experience", *Journal of Modern African Studies*, Nº 2 (22), pp. 199-221.
- Nyanhi, G., 2009. "Mozambique: Asian countries investing big in agriculture", *The DailyIJJ*, 9 de Julho, <http://inwent-ijj-lab.org/Weblog/2009/07/09/mozambique-asian-countries-investing-big-in-agriculture/> (acedido a 5 de Setembro de 2010).
- O Globo, 2010. "Secretário-geral da ONU não pode ser político, diz Lula", 3 de Julho, <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/07/03/secretario-geral-da-onu-nao-pode-ser-politico-diz-lula-917058677.asp> (acedido a 19 de Julho de 2010).
- O imparcial Online, 2010. "Brasil prioriza desenvolvimento agrícola na África, diz Lula", 3 de Julho, <http://www.oimparcial.com.br/noticias.php?id=50916> (acedido a 13 de Agosto de 2010).
- Pinheiro, L., 2008. Etanol, "o combustível da diplomacia", *Isto é Dinheiro*, http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/7803_ETANOL+O+COMBUSTIVEL+DA+DIPLOMACIA (acedido a 27 de Agosto de 2010).
- Rádio Televisão Portuguesa, 2008. "Governo nega intenção de vender terras à China", 13 de Maio, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/macau/page/2/ (acedido a 15 de Agosto de 2010).

- Santuah, N., 2006. "India gives West Africa US\$250m to develop biofuels", 23 de Novembro, <http://www.scidev.net/en/news/india-gives-west-africa-us250m-to-develop-biofuel.html> (acedido a 1 de Setembro de 2010).
- Silva, E., 2008. "Inaugurado em Moçambique o primeiro escritório internacional da Fiocruz", *Agência Fiocruz de Notícias*, 17 de Outubro, <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2094&sid=9> (acedido a 27 de Agosto de 2010).
- Silveira, M., 2010. "Plataforma África-Brasil conta com U\$ 3 milhões para inovação tecnológica", *Embrapa*, <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010/junho/3a-semana/plataforma-africa-brasil-counta-com-u-3-milhoes-para-inovacao-tecnologica/> (acedido a 10 de Outubro de 2010).
- Singh, S., 2007. "India and West Africa: A Burgeoning Relationship", *Briefing Paper 07/01*, Chatham House.
- Smith, D., 2009. "The food rush: Rising demand in China and west sparks African land grab", 3 de Julho, <http://www.guardian.co.uk/environment/2009/jul/03/africa-land-grab> (acedido a 18 de Agosto de 2010).
- Souza, C., 2008. "Lula defende biocombustíveis", *Tribuna do Norte*, 22 de Abril, <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=73381> (acedido a 13 de Agosto de 2010).
- Thaindian News, 2010. Mozambique, India to work for 'safe' Indian Ocean, 30 de Setembro, http://www.thaindian.com/newsportal/business/mozambique-india-to-work-for-safe-indian-ocean_100437053.html (acedido a 11 de Outubro de 2010).
- The Economist, 2010a. "Brazilian agriculture. The miracle of the cerrado. Brazil has revolutionised its own farms. Can it do the same for others?", 26 de Agosto, http://www.economist.com/node/16886442?story_id=16886442 (acedido a 18 de Outubro de 2010).
- The Economist, 2010b. "Brazil's agricultural miracle. How to feed the world. The emerging conventional wisdom about world farming is gloomy. There is an alternative", 26 de Agosto, http://www.economist.com/node/16889019?story_id=16889019 (acedido a 18 de Outubro de 2010).
- The Economist, 2010c. "Brazilian agriculture. The world's farm. Brazil's success in agriculture", 27 de Agosto, http://www.economist.com/node/16913525?story_id=16913525 (acedido a 18 de Outubro de 2010).

- The Economist, 2010d. "Letters. On Brazilian agriculture, energy-efficient lighting, football and Korea, Kashmir, British motorcycles, dirty oil", 9 de Setembro, <http://www.economist.com/node/16990824> (acedido a 18 Outubro de 2010).
- Thestatesman, 2010. *India-Africa conclave soon*, http://www.thestatesman.net/index.php?option=com_content&view=article&id=321952&catid=40 (acedido a 1 de Agosto de 2010).
- Troude, G., 2009. "La Russie en Afrique: le grande retour", *Géostratégiques*, 25, Paris, Institut international d'études stratégiques, pp. 165-175.
- UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), 2009. "Etanol. UNICA prevê ampla cooperação Brasil-Moçambique com acordo para produção de etanol", 18 de Maio, <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={E5209AF6-1F65-4C5B-AD71-7CF6046439B7}> (acedido a 30 de Agosto de 2010).
- Wilson, D., Purushothaman, R., 2003. "Dreaming With BRICs: The Path to 2050", *Global Economics Paper No: 99*, Goldman Sachs.
- Zhu, J., 2010. "China, Africa forge farming ties", *China Daily*, 12 de Agosto, http://www.chinadaily.com.cn/china/201008/12/content_11141295.htm(acedido a 11 de Outubro de 2010).